



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10/02/2014**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 03**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 10/02/2014**

**ATA Nº 03**

----- Aos dez dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 27 de janeiro de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

**1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que no dia 5 de fevereiro esteve no Município de Pampilhosa da Serra uma equipa de reportagem do jornal "As Beiras", que acompanhou de perto o trabalho do Presidente da Câmara durante um dia, quer na sua função administrativa, quer no que diz respeito a obras, e que esta reportagem será oportunamente publicada numa edição daquele jornal. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

##### 2.1.1 -RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 05 de fevereiro de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.541.869,67 € (Um milhão quinhentos e quarenta e um mil oitocentos e sessenta e nove euros e sessenta e sete centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 265.402,90 € (duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e dois euros e noventa centimos), num total de: 1.818.117,51 €. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----

#### 2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

##### 2.2.1 - Clube de BTT Serra de Açor - 7ª Maratona BTT de Arganil - 02/03/2014

----- Na sequência do pedido formulado pelo Clube Arganil BTT Serra do Açor, de emissão de parecer para a realização da 7ª Maratona BTT de Arganil, nas zonas de passagem no Concelho de Pampilhosa da Serra, no dia 02/03/2014, conforme mapa anexo, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria a comunicar que poderá ser emitido parecer favorável ao solicitado. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

##### 2.3.1 - Contrato de Concessão de Exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo - Seguros

----- Na sequência da celebração do contrato de concessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo, sitos na freguesia de Janeiro de Baixo, entre o Município de Pampilhosa da Serra e Nádia Filipa Ramos Alves, em 09/08/2013, vêm os Serviços Jurídicos da Autarquia informar o seguinte:-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Após a celebração do contrato supra mencionado, a cessionária, (nos termos do disposto no nº 1 da cláusula 11ª), tinha o prazo de **10 úteis** para apresentar o **comprovativo de pagamento respeitante ao contrato de seguro de responsabilidade civil, no valor de €100.000,00**, atendendo ao risco inerente à sua atividade, bem como, o **comprovativo de pagamento do contrato de seguro multirriscos, no valor de €100.000,00**, atendendo ao valor dos bens constantes dos anexos I e II ao contrato.

----- Considerando o email remetido pela cessionária, rececionado em 26/08/2013, a solicitar a prorrogação do prazo para apresentação dos respetivos seguros, por Despacho superior foi concedido a prorrogação do prazo por mais 10 dias, tendo estes Serviços notificado a cessionária, em 29/08/2013 por ofício nº 4064 e também em 03/09/2013 por email, para apresentar nesta Autarquia cópia das apólices celebradas, juntamente com os respetivos recibos e respetivas condições gerais e especiais, dentro do prazo novamente estabelecido. -----

----- Ultrapassado que foi o prazo contratualmente previsto e a prorrogação concedida, foi a cessionária notificada no sentido de que a manter-se tal situação de incumprimento, seria intenção do Município rescindir o contrato de Concessão de Exploração, atendendo ao disposto no 1.4 da Cláusula Quarta do respetivo Contrato. -----

----- Tendo em conta as alegações formuladas pela cessionária quanto às dificuldades em celebrar o seguro Multirriscos que contemple a cobertura de riscos de inundação, pelo facto das instalações se situarem em zona de leito de cheias, a Câmara Municipal, tomou em consideração tais alegações e, após análise, deliberou por unanimidade conceder autorização à cessionária para celebrar os contratos de seguro nos termos do disposto no nº 1 da cláusula 11ª do Contrato de Concessão de Exploração, onde se exclua a cobertura de riscos de inundação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **2.3.2 - Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Liga de Melhoramentos da Povoação de Brejo de Cima**

----- Foi presente a Minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Liga de Melhoramentos da Povoação de Brejo de Cima, cujo objeto consiste na concessão de apoio financeiro à Liga de Melhoramentos da Povoação de Brejo de Cima, no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros) destinado a compartilhar a conclusão das obras no interior da casa de convívio e dotar esta, das acessibilidades adequadas ao seu bom funcionamento. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo de Colaboração e,



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.3 - Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Associação de Ciclismo de Aveiro**

----- Foi presente a Minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Associação de Ciclismo de Aveiro, cujo objeto consiste na concessão de apoio financeiro à Associação de Ciclismo de Aveiro, na importância de 9.950,00 € (nove mil novecentos e cinquenta euros) destinada a compartilhar os custos decorrentes com a realização da 1ª etapa da Taça de Portugal DHI Vodafone 2014, nos dias 14, 15 e 16 de março de 2014. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo de Colaboração e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.4 - Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e SAFE - Associação para a Dinamização e Formação em Escalada**

----- Foi presente a Minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e SAFE - Associação para a Dinamização e Formação em Escalada, cujo objeto consiste na concessão de apoio financeiro no valor de 4.500,00 € (quatro mil e quinhentos euros) à SAFE - Associação para a Dinamização e Formação em Escalada, destinado a compartilhar as despesas decorrentes do projeto para escalada na zona da Barragem de Santa Luzia, identificado no anexo I ao presente protocolo. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo de Colaboração e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO**

#### **3.1 - OBRAS PÚBLICAS**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**3.1.1 - Relatório de Análise de Erros e Omissões**  
**- Concurso Público para Execução da Empreitada**  
**"Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra"**  
**Processo nº 022014**

----- Foi presente o Relatório de Análise de Erros e Omissões, relativo ao Concurso Público para Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra - Processo 022014, aprovado, por despacho do Senhor Presidente da Câmara em 07/02/2014.-----

----- O despacho foi proferido tendo em consideração os prazos legais previstos no Código dos Contratos Públicos, que se mostram incompatíveis com os prazos entre as reuniões de Câmara. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**3.1.2 - Relatório de Análise de Erros e Omissões**  
**- Concurso Público para Execução da Empreitada**  
**"Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra"**  
**Processo nº 012014**

----- Foi presente o Relatório de Análise de Erros e Omissões, relativo ao Concurso Público para Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra - Processo 012014, aprovado, por despacho do Senhor Presidente da Câmara em 03/02/2014.-----

----- O despacho foi proferido tendo em consideração os prazos legais previstos no Código dos Contratos Públicos, que se mostram incompatíveis com os prazos entre as reuniões de Câmara. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**3.1.3 - Receção definitiva e libertação de caução**  
**- Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Cavaleiros de Baixo e o Campo de Futebol de Fajão**  
**- Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A**

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Em 30/01/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001519, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 11/07/2008 de 15.190,00 €. -----

----- Por deliberação em reunião de Câmara de 13/11/2012, foi homologado o auto de vistoria lavrado em 06/11/2012, ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, tendo sido reduzido o valor da citada garantia para o montante de 3.797,50 €, conforme adenda que se anexa, datada de 27/11/2012. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001519, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 11/07/2008, de acordo com o montante de 3.797,50 €, constante da adenda de 27/11/2012. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**3.1.4 - Receção definitiva e libertação de caução**

- **Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Porto de Vacas e Esteiro**

- **Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A**

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---

----- " Em 30/01/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001527, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 11/07/2008 de 42.939,00€. -----

----- Por deliberação em reunião de Câmara de 13/11/2012, foi homologado o auto de vistoria lavrado em 06/11/2012, ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, tendo sido reduzido o valor da citada garantia para o montante de 10.734,75 €, conforme adenda que se anexa, datada de 27/11/2012. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001527, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 11/07/2008, de acordo com o montante de 10.734,75 €, constante da adenda de 27/11/2012. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- À consideração superior.” -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.5 - Parecer Genérico Destinado à Celebração de Contratos de aquisição de Serviços por Ajuste Direto em Regime Simplificado**

----- Foi presente uma informação dos serviços técnicos de obras e urbanismo com o seguinte teor: -----

----- “A Lei do Orçamento de Estado para 2014, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, à frente designada por LOE para 2014, à semelhança da LOE para 2011, da LOE para 2012 e da LOE para 2013, consagra no n.º 4 e n.º 11.º do artigo 73.º a obrigatoriedade de existência de parecer prévio vinculativo, para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgão e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto. -----

----- O parecer prévio vinculativo nas Autarquias Locais é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos na alínea a) e c) do n.º 5 do artigo 73.º da LOE para 2014, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.os 3-B/2010, de 28 de Abril, e 66/2012, de 31 de dezembro, conforme dispõe o n.º 11.º do artigo 73.º da LOE para 2014. -----

----- Cumpre referir que, ao nível da Administração Central, foi publicado em Diário da República a Portaria n.º 16/2013, de 17 de Janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo. -----

----- No que concerne às Autarquias Locais, verifica-se que até à presente data não foi publicada a Portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro. -----

----- Saliente-se que quando entrou em vigor a LOE para 2011, foi inicialmente entendido que a exigência de parecer prévio vinculativo era apenas aplicável aos contratos de prestação de serviços de tarefa e de avença e aos contratos cujo objeto seja a consultadoria técnica. -----

----- Com a publicação do diploma que veio estabelecer as normas de execução do orçamento de estado para 2011, Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de Março, e com a publicação da LOE para 2012, LOE para 2013 e da LOE para 2014, verificou-se que estes diplomas vieram contemplar expressamente as aquisições de serviços que não estão sujeitas a redução remuneratória e a parecer prévio. -----

----- Atenta agora a LOE para 2014, concretamente o n.º 7 do artigo 73.º, verifica-se também que a mesma contempla expressamente à semelhança dos diplomas identificados no parágrafo anterior, quais são as aquisições de serviços que não estão sujeitas a redução remuneratória e a





**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

*parecer prévio.*-----

----- Assim, face às disposições legais supra mencionadas é entendido que todas as aquisições de serviços que não estão contempladas no n.º 7 do artigo 73.º da LOE para 2014, estão sujeitas a parecer prévio, o que traduz que a maioria das aquisições de serviços realizadas para assegurar o normal funcionamento dos serviços estão sujeitas a este requisito legal.-----

----- Ora, atenta a Portaria aplicável à Administração Central que regulamenta a tramitação do parecer prévio vinculativo, constata-se que existe a concessão de um parecer genérico favorável à celebração de determinadas prestações de serviços, o que promove de certa forma a desburocratização dos procedimentos atinentes a essas prestações de serviços.-----

----- Neste contexto e tendo em conta que o Município de Pampilhosa da Serra se pauta por critérios de eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública e à semelhança do que sucedeu para a Administração Central com a Portaria n.º 16/2013, de 17 de Janeiro, propõe-se que o órgão executivo estabeleça uma autorização genérica para a realização de determinadas aquisições de serviços.-----

----- Propõe-se concretamente que delibere conceder parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, cujo procedimento seja o ajuste direto em regime simplificado. --

----- Não cabem nesta autorização independentemente do valor da adjudicação os contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, bem como os contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.-----

----- Assim, as aquisições de serviços que se contratem ao abrigo do parecer genérico a conceder têm de obedecer aos seguintes requisitos:-----

----- - Tem que estar em causa a execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;-----

----- - Inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações a efetuar ao abrigo do presente parecer. Não obstante a Lei prever este requisito legal, entende-se que o mesmo apenas será aplicável quando entrar em vigor a Portaria que regulará o procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação mencionada na alínea a) do artigo 5.º do artigo 73.º da LOE para 2014 e no n.º 1 e n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro;-----

----- - Verificação do cumprimento da medida de redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 73.º da LOE para 2014, caso seja aplicável;-----

----- - Os contratos apenas podem ser formalizados após confirmação de cabimento orçamental a efetuar pela Divisão Administrativa e Financeira da presente edilidade;-----

----- - Será dado conhecimento à Câmara Municipal até ao término do mês seguinte ao trimestre a que digam respeito a lista dos contratos celebrados ao abrigo do parecer genérico a conceder, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental. --

----- Mais se informa que o n.º 16. do artigo 73.º da LOE para 2014, prevê também o seguinte: "Sempre que os contratos de aquisição de serviços estejam sujeitos a autorização para assunção de encargos plurianuais deve o requerente juntar a autorização obtida na instrução do pedido de parecer (...)." Ora, atento este dispositivo legal bem como as situações que o presente parecer visa



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*acautelar, entende-se que o requisito legal aí previsto (n.º 16 do artigo 73.º) não se aplica ao presente parecer, uma vez que o mesmo destina-se apenas à celebração de aquisições de serviços por ajuste direto em regime simplificado que não consubstanciem compromissos plurianuais. -----*

*----- Considerando todo o exposto e principalmente o facto de se pretender tornar mais céleres e eficazes os procedimentos de aquisições de serviços, submete-se à digníssima Câmara Municipal o seguinte: -----*

*----- Que emita parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, que não consubstanciem contratos de tarefa e de avença, nem de consultadoria técnica, cujo procedimento seja por ajuste direto em regime simplificado. -----*

*----- À consideração superior" -----*

*----- A Câmara, por unanimidade e tendo por base os fundamentos aduzidos na informação prestada pelos Serviços Técnicos de Obras e Urbanismo, deliberou emitir parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços que não consubstanciem contratos de tarefa e de avença, nem de consultadoria técnica, cujo procedimento seja por ajuste direto em regime simplificado. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

#### **3.1.6 - Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014\_Pedido de parecer prévio vinculativo**

*----- Foi presente uma informação dos serviços técnicos de obras e urbanismo com o seguinte teor: -----*

*----- "Atendendo ao disposto na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento de Estado 2014, mais concretamente ao disposto no número 4, do artigo 73.º, torna-se necessário um parecer prévio da competência do órgão executivo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto. -----*

*----- O parecer prévio vinculativo é, nas Autarquias Locais, da competência do órgão executivo, nos termos do número 11, do artigo 73.º, da Lei do Orçamento de Estado 2014, e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c), do número 5, do mesmo artigo, bem como da alínea b), do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012 de 31 de dezembro. -----*

*----- No entanto, à presente data no que concerne às Autarquias Locais, não foi publicada a Portaria a que se refere o número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Não obstante a ausência de regulamentação para a Administração Local, existe a exigência do parecer prévio vinculativo, como se demonstrou acima. -----*



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- Considerando: -----
- 1) *Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 4 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014;* -----
  - 2) *Que o n.º 11 do artigo 73º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações;* -----
  - 3) *De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da:* -----
    - a) *Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;* -----
    - b) *Existência de cabimento orçamental;* -----
    - c) *Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 73º. (se aplicável).* -----
  - 4) *O objeto do presente contrato consiste na contratação dos serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa das Contas do Município relativas ao ano de 2014;* -----
  - 5) *Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante;* -----
  - 6) *A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços;* -----
  - 7) *Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP;* -----
  - 8) *Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto - Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto - Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho;* -----
  - 9) *Que o valor base estimado é de 10.000,00 € (dez mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 02.02.14;* -----
  - 10) *Que serão consultadas as seguintes entidades:* -----
    - a) *Cruz Martins & Pega Magro, SROC, com sede na Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2-r/c-E, Covilhã, 6200-551 COVILHÃ;* -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

b) João Cruzeiro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, com sede no Centro Empresarial Capitólio, Avenida de França, 256 - 4º, sala 4.3, 4251-901 PORTO; -----

c) Azevedo Coutinho, SROC, Unipessoal, Lda, com sede na Avenida do Brasil, nº1, 1º Esqº, 7300-068 PORTALEGRE; -----

11) Que o valor base da prestação de serviços é de 10.000,00 € ( dez mil euros ), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

12) A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. -----

---- NESTE TERMOS PROPONHO: -----

a) Que a Câmara delibere emitir parecer prévio vinculativo à contratação dos serviços de "Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014", nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro; -----

b) Que a presente proposta seja aprovada em minuta;-----

---- À consideração superior."-----

---- A Câmara, por unanimidade e tendo por base os fundamentos aduzidos na informação prestada pelos Serviços Técnicos de Obras e Urbanismo, deliberou emitir parecer prévio vinculativo, nos termos do disposto no art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014, relativamente à aquisição de serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa das Contas do Município relativas ao ano de 2014. -----

---- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.7 Concurso por Ajuste Direto

#### Aquisição de serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa das Contas do Município relativas ao ano de 2014

---- Foi presente a Informação nº03 \_Conc\_2014 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

---- "Nos termos do disposto no artigo 74º e seguintes da Lei nº73/2013 de 03 de setembro, as contas do Município têm de ser certificadas por auditor externo, nos termos e de acordo com o explicitado no citado diploma legal. Deste modo, entende-se que deve ser iniciado um procedimento de ajuste directo para "Prestação de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014", ao abrigo do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 20º do Código dos



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº18/2008 de 29/01 e subsequentes alterações, dado que os montantes estimados se encontram abaixo dos limites para o tipo de procedimento em causa ( 75.000,00 €). Mais se propõe o Júri do procedimento e as entidades a convidar para apresentação de propostas.* -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Aquisição de Serviços; -----

----- Preço Base: 10.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Concurso por ajuste direto, ao abrigo da a) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº18/2008 de 29/01 e subsequentes alterações; -----

----- Período máximo de prestação de serviço: 12 meses; -----

----- Caução: Não Aplicável. -----

----- Entidades a convidar: Cruz Martins & Pega Magro, SROC, com sede na Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2-r/c-E, Covilhã, 6200-551 COVILHÃ; João Cruzeiro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, com sede no Centro Empresarial Capitólio, Avenida de França, 256 - 4º, sala 4.3, 4251-901 PORTO e Azevedo Coutinho, SROC, Unipessoal, Lda, com sede na Avenida do Brasil, nº1, 1º Esqº, 7300-068 PORTALEGRE; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar os elementos de concurso, nomeadamente o convite e caderno de encargos e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 20º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro e subsequentes alterações, conjugado com o disposto no artigo 74º e seguintes da Lei nº73/2013 de 03 de setembro.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.8 - Aquisição de serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa das Contas do Município relativas ao ano de 2014**

##### **Júri do procedimento de concurso**

----- Foi presente a Informação nº 03\_Conc\_2014, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte:

----- EFECTIVOS: -----

----- Presidente - Jorge Alves Custódio; -----

----- 1º Vogal - Fernando Pereira Alves; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- 2º Vogal – Luís Filipe Simões Batista; -----  
----- SUPLENTE: -----  
----- 1º Vogal – Pedro Tiago Sousa Santa. -----  
----- 2º Vogal – José Carlos Alves Barreiros. -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3.2 - TOPONÍMIA

#### 3.2.1 – Atribuição de nomes de ruas na povoação da Ramalheira, da Freguesia de Pessegueiro

----- Foi presente um ofício da Freguesia de Pessegueiro, a comunicar que a Direção da Comissão de Melhoramentos da Povoação da Ramalheira solicitou aquela Freguesia, autorização para a colocação de nomes das ruas na povoação, de forma a identifica-las com maior facilidade. Mais refere, que a Freguesia aprovou por unanimidade e submete à Câmara Municipal a referida petição.-----  
----- A Câmara Municipal, no uso das competências que lhe confere a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, artigo 33º, alínea ss), deliberou por unanimidade aprovar, de acordo com a planta da povoação da Ramalheira com a respetiva identificação das ruas, em anexo, na qual constam, em legenda, os seguintes nomes: -----  
----- 1 – Rua da Freguesia; 2 – Rua dos Remédios; 3 – Rua Antão; 4 – Caminho Manuel Santo; 5 – Caminho Manuel Luís; 6 – Rua Nova; 7 – Rua Alexandre; 8 – Caminho da Horta; 9 – Caminho da Fonte; 10 – Caminho do Braga. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

#### 4.1 - JUVENTUDE E DESPORTO

##### 4.1.1 – Projeto Trilhos – retificação do orçamento

----- Foi presente uma informação do Projeto Trilhos Rur@l\_idades-E5G, do seguinte teor: -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- O projeto Trilhos Rur@l idades-E5G iniciou a 01 de janeiro de 2013 e tem como data de término 31 de dezembro de 2015, sendo que a entidade promotora, é o Município de Pampilhosa da Serra e a entidade gestora, os Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, assumindo cada uma das partes responsabilidades específicas. -----

----- Tendo em conta o baixo orçamento do Projeto, e no sentido de assegurar todos os encargos com os vencimentos dos técnicos e atividades, o Município assumiu a responsabilidade de compartilhar o projeto no valor anual de 21.178,34 €, complementando os valores financiados pelo Programa Escolhas.-----

----- No entanto, houve um lapso no orçamento da candidatura, uma vez que na rubrica "Despesas com Recursos Humanos" só poderia ser afeto 85% do orçamento para esse efeito (nº 4 do artigo 17º do Regulamento do Programa Escolhas) e foi imputado 100% do valor na referida rubrica. -----

----- Desta forma e após correção dos valores, venho por este meio informar que houve alterações no valor a ser compartilhado pelo Município, passando a verba a ser de 27.089,30 €/anual. -----

----- De referir que, o Município já efetuou as transferências referentes aos anos de 2013 e 2014, num total de 42.456,68 €, estando apenas em falta o montante de 11.821,92 € (5.910,96 €/ano). -----

----- Uma vez que o Programa Escolhas demora algum tempo a efetuar transferências para o projeto, solicito que o valor em causa seja transferido para a conta do Trilhos, ficando assim os valores atualizados referentes aos anos de 2013 e 2014. À consideração superior."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.2 - AÇÃO SOCIAL

##### 4.2.1 - Ação Social Escolar - Pedido de apoio para almoço

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- " No seguimento do novo pedido de ação social escolar, de apoio para almoço, referente à criança Joel Guedes Lopes, venho por este meio remeter a proposta de apoio após análise do processo: -----

Nº	Nome	Encarregados de Educação	Almoço
191	Joel Guedes Lopes	Maria Isabel Marques Barata - CAT	Isenção


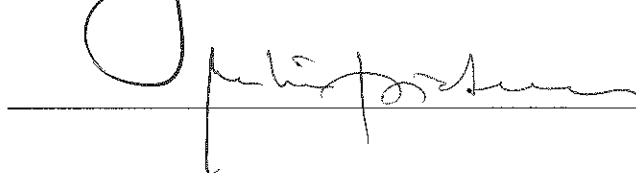


**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- À consideração superior." -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
-----  
  
-----